

**Hermenêutica e História Cultural**

José Adilçom Campigoto.\*

**RESUMO:** Estudo sobre a produção dos sentidos a partir de textos sobre o sistema de faxinais enfocando as relações entre o método histórico e a interpretação sociológica. Com base na hermenêutica gadameriana e na perspectiva da história cultural, propõe-se a superação dos problemas relativos à pesquisa de origem, aqui considerados como entraves para a investigação histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Faxinais – hermenêutica – história cultural.

**ABSTRACT:** Study on the production of the meaning from texts on the system of ‘faxinais’ focusing the relations between the historical method and the sociological interpretation. On the basis of the Gadamer’s hermeneutics and in the perspective of cultural history, considers it overcoming of the relative problems to the origin research, considered here as impediments for the historical inquiry.

**WORDS KEY:** Faxinais - hermeneutic - cultural history.

A produção do conhecimento histórico e a arte da interpretação, na perspectiva das reflexões de Hans-Georg Gadamer, estão intimamente relacionadas. Podemos observar tais ligações enfocando, por exemplo, o sistema de faxinal.<sup>1</sup>

Atualmente, o empenho de cientistas pertencentes a várias áreas do conhecimento na investigação e no reconhecimento legal dos chamados grupos marginais - os faxinais são assim considerados - apresenta-se como desafio aos historiadores da cultura. A questão é que estes grupos, atualmente, são postos em destaque por suas especificidade tais como: a forma própria de uso e posse da terra, o aproveitamento ecológico dos recursos naturais, o cultivo da vida comunitária e a preservação de certa memória comum.

No caso dos faxinalenses, a que tenho me dedicado mais recentemente, os estudiosos do assunto afirmam tratar-se de acontecimento singular por causa de sua forma organizacional. Distingue-se tal sistema dos outros pelo uso coletivo da terra para a criação de animais (v CHANG, 1985).

De fato, podemos dizer que a manutenção de certo espaço para a criação de animais pertencentes a pessoas que não são as proprietárias legais da terra pode ser uma das suas características básicas. Talvez por esta razão, vários cientistas sociais e sócio-

---

\* Professor do departamento de história da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná. Membro do Grupo de Estudos em História Cultural.

<sup>1</sup> Modo de utilização em comum das terras para a criação de animais existente na região sul do Brasil e que se tem classificado como manifestação cultural pertencente à categoria dos chamados povos tradicionais.

ambientalistas insistem na singularidade cultural e histórica deste sistema e, então, iniciam-se certos desafios para a escrita da história destes povos na perspectiva cultural. Afirma-se, por exemplo, tratar-se de agrupamentos humanos instituindo territórios sociais ou que podem ser classificados como povos tradicionais, ou ainda, podem ser considerados sob a categoria de comunidades performáticas e assim por diante.

No âmbito da política, o decreto estadual n.º. 3.446, do governo do Paraná, regulamentou os faxinais como Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), seguindo as mesmas diretrizes de utilização das Áreas de Proteção Ambiental (APAS), no ano de 1997. O mesmo decreto criou mecanismos de repasse de ICMs Ecológico às populações residentes nestas áreas. Além disso, os representantes destes grupos foram incluídos na Comissão Nacional de Povos e Populações Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2005.

Precisamos considerar, entretanto, que conforme Relatório Técnico do Instituto Ambiental do Paraná (IAPAR), apenas quarenta e quatro das mais de uma centena das áreas mapeadas são consideradas como remanescentes, ou seja, mantém a organização social típica do sistema e a paisagem de matas de araucária; cinquenta e seis, estão desativadas; e cinquenta e duas estão extintas. Os números apresentados indicam a trágica história dos faxinais, e remetem à trama na qual a modernização da agricultura e o desenvolvimento do capitalismo no campo representam os vilões. Vemos, assim, o desenrolar da construção do sentido, mas há neste processo de constituição evidente paradoxo: o aceleração da derrocada dos faxinais significa a sua epifania, a sua a manifestação, ou seja, a sua emergência como objeto histórico. Portanto, se trata de compreender a construção do sentido histórico, isto é, investigar como se conta a história dos faxinais (e por extensão, dos povos excluídos) num momento que representa a aceleração do seu desaparecimento.

Como historiador interessado na cultura popular e que não quer deixar-se levar pelas armadilhas da linguagem, devo considerar-me parte deste movimento, ainda mais, sendo a chamada história cultural campo bastante amplo e pouco definido. A perspectiva histórica, ou o exercício hermenêutico de compreensão dos fenômenos implicam considerar que acontecimentos do tipo criação de animais em comum não surgem por passe de mágica. Por esta ordem de razões, o sistema de faxinal é relacionado, por exemplo, às terras comunais (v DE CAMPOS, 1991) que, se diz, foi prática comum na Ilha de Santa Catarina desde a chegada dos imigrantes açorianos. Afirma-se, também, que as terras comunais fazem parte da tradição açoriana e que tal forma de uso popular da terra descende do arquipélago dos Açores e de Portugal. (v FIGUEIREDO, 2005). Afirma-se, ainda, que o *ager publicus*, ou o costume

de usar pastagens em comum, existia entre os romanos e os povos germânicos. O caso mais conhecido, talvez, diga respeito aos ingleses e foi celebrizado pelo estudo de Carl Marx sobre a transformação das terras de uso comum em propriedades privadas, processo que se estendeu entre os séculos XVI e XVIII.

Há, no entanto, os que argumentam serem as culturas indígenas do sul do Brasil o berço de origem dos faxinais. Sabe-se que os ameríndios usavam a terra coletivamente e, então, algumas questões nada desprezíveis tornam-se inevitáveis: porque estabelecer relações entre os faxinais e a origem européia? Não estaria funcionando, aí, certo mecanismo de menosprezo aos povos nativos? Não seria este caso típico de um maquinismo cultural colonialista incorporado e reproduzido, até o presente, pelo historiador colonizado?

Há, no entanto, os que argumentam serem as culturas indígenas do sul do Brasil o berço de origem dos faxinais. Man Yu Chang afirma que os traços básicos da cultura faxinalense estavam presentes na região da mata com araucária antes da política de incentivo à imigração européia implementada nos séculos XIX e XX. Segundo C. L. Löwen Sahr e F. Iegelski, a origem dos faxinais vincula-se à população existente na região no século XVIII, ou seja, os caboclos. Aqui, os imigrantes dos séculos XIX e XX apropriaram-se da cultura cabocla, e do contato originaram-se os faxinais ucranianos e poloneses. Ora, sabemos da inexistência de culturas puras. Percebemos, então, a pesquisa da origem dos faxinais como esforço de constituição do sentido.

Do ponto de vista hermenêutico, o sentido se completa sempre que a compreensão se efetua. Além disso, o ato de compreender segue uma dinâmica estável: o movimento que vai da parte ao todo e do todo à parte. Assim, sempre que os investigadores - intérpretes dos faxinais - vinculam a cultura faxinalense às raízes européias adotam o velho continente como a totalidade histórica. Afirmção deste conjunto e a confirmação desta procedência podem ser examinadas como fenômenos da escrita da história eurocêntrica, espécies de armadilhas da linguagem contornáveis pela utilização da perspectiva hermenêutica. O olhar hermeneuta evidencia os procedimentos relacionados à compreensão por meio da apreciação dos termos implicados na questão que, neste caso, podem ser: cultura, história, origem, sujeito e sociedade.

Uma boa entrada para a discussão destes fragmentos de sentido talvez seja o século XIX, mas não a ocasião e nem o contexto do surgimento da história ciência. Mais esclarecedor e menos genético será averiguar o grande questionamento enfrentado pelos defensores e praticantes do conhecimento histórico, isto é, a polêmica do método. Trata-se de acontecimento decisivo porque, então, se apresentava outra forma de compreensão, alternativa

e, até contrária, à investigação das origens e à função desempenhada pelo sujeito histórico na construção deste saber aprimorado no continente europeu.

Ponderemos, inicialmente, que a palavra história significava e significa algo mais do que o tempo vivido e a disciplina ou área do conhecimento voltada para a investigação do passado. Antes de tudo, trata-se de um procedimento cuja aplicação permite a visão perspectiva da trajetória temporal do objeto e seus condicionamentos aos diferentes períodos do tempo. A idéia básica consiste em que a estrutura lógica do objeto implica a sua modelação. Tal princípio foi combatido por Emile Durkheim e seus seguidores que insistiram na inutilidade da investigação das origens. Assim, os adeptos do método histórico depararam-se com outra totalidade compreensiva, isto é, o reino do social como o chamou Durkheim.

Durkheim, como se sabe, dedicou-se à defesa da aplicação do método analítico ao campo das ciências humanas. A principal tese de sua teoria sociológica, o princípio da determinância social, derivou exatamente da aplicação de seu método preferido aos fenômenos humanos. Consistia no isolamento das partes do todo para estudá-las e examiná-las, separadamente, com o fim de estabelecer conexões entre elas. A análise - nome do método - efetuava-se a partir das conexões estabelecidas entre a totalidade pré-determinada e os seus elementos. (DURKHEIM, 1978: 78) Isto significava dizer que o fenômeno social deveria ser estudado como elemento em separado, o que abalava as certezas do método histórico que se fundamentava no procedimento de compreender o passado a partir das intenções dos sujeitos históricos<sup>2</sup>. Contra essa tese Durkheim escreveu que a dureza do bronze “... não reside no cobre, no estanho ou no chumbo que serviram para o formar e que são corpos moles e dúcteis, mas sim na sua mistura...” (DURKHEIM, 1978: 78).

A metáfora do bronze, aplicada à sociedade, significa dizer que o social tem certa propriedade intangível aos usuários do método histórico uma vez que eles se dedicam a investigar os elementos anteriores à formação dos fenômenos. Tratava-se de inversão completa de certo procedimento além da demonstração soberba a respeito dos limites inerentes ao saber histórico. A consequência imediata era de que o procedimento histórico tornava-se supérfluo para o estudo dos fenômenos sociais, uma vez que, “... para compreender a maneira como uma sociedade se representa a si própria e o mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos particulares”. (DURKHEIM, 1978: 79) A proposta de Durkheim, representada pela metáfora do bronze, desprestigiou o reinado da fonte

---

<sup>2</sup> Os historiadores da escola metódica utilizavam o método hermenêutico psicológico para a interpretação dos documentos. Por este procedimento, o sentido correto de um texto aparece quando descobrimos o que se passava na mente de um autor no momento em que escrevia.

escrita ao mesmo tempo em que atirou a recuperação das intenções do sujeito histórico ao plano da insignificância. Era a demonstração clara de que a sociedade pode ser compreendida sem o recurso às evidências intencionais deixadas na história pelos sujeitos concretos.

De fato, o conceito de documento escrito vincula-se profundamente à noção de sujeito porque, segundo o método da crítica das fontes, o procedimento básico utilizado pelos historiadores metódicos, para saber da validade de certo texto se faz necessário perguntar pelo indivíduo que o produziu. Parte-se do pressuposto de que autores sérios e confiáveis não produzem escritos duvidosos e mal intencionados.

Este princípio da confiabilidade no testemunho representava a possibilidade da reconstrução exata dos acontecimentos passados e, por conseguinte, a certeza de atingir os fenômenos na sua originalidade, ou seja, de captá-los na pureza dos seus nascedouros. Era a proposta da história ciência, também conhecida como historicismo. Leopold von Ranke, dito pai do historicismo germânico, escreveu sobre a falta de registros escritos de escritores reconhecidos e de testemunhos autorizados entre os ameríndios. Indicava, assim, a possibilidade remota de se investigar a origem da formação dos sistemas estatais indígenas. Pareceu decretar a impossibilidade da gênese americana, mas não negou a probabilidade da escrita da história das Américas porque a instituição estatal serviria como evidência suficiente para narrar os acontecimentos posteriores ao “descobrimento” (v. HOLANDA, 1979: 108).

O que Ranke escreveu sobre a gênese da Europa, no entanto, evidencia a função desempenhada pelo sujeito histórico na construção do saber historicista. Na parte que trata da unidade dos povos romanos e germânicos e de sua evolução, afirma que

... no início de sua aventura, logo no começo da migração dos povos, o rei visigodo Ataulfo concebeu a transformação do mundo latino em um reino godo, do qual se proclamaria Cezar e onde conservaria as leis romanas... Dessa união nasceram seis grandes povos; em três predominou o elemento românico: no francês, no espanhol e no italiano. Em três, o germânico: no alemão, no inglês e no escandinavo. (HOLANDA, 1993: 65).

A gênese da Europa, como se vê, encontra-se na mente do sujeito chamado rei Ataulfo. Portanto, o sujeito histórico e a origem são partes constituintes do procedimento investigativo sobre a origem. Tal constatação nos permite compreender mais claramente as dificuldades e as divergências dos pesquisadores, e investigadores (diga-se que a maior parte deles não é composta por historiadores) em relação à origem dos faxinais. Estaria a grande gênese do sistema faxinal situada no pensamento de algum sujeito que viveu há muito tempo, encarnada em alguma tribo ancestral européia ou era prática exercida pela ancestralidade ameríndia? Problema da gênese, mas não há como defender a tese de que a perspectiva durkheimiana foi ignorada. As fontes indicam que se procura a gênese nas sociedades:

açoriana, germânica, inglesa, cabocla ou indígena, embora, talvez fosse melhor nomeá-las como culturas. De qualquer modo, a sociedade é tomada como totalidade compreensiva e isto pode derivar da proposta metodológica durkheimiana.

Assim, a o método da análise social representou um marco na relação entre a história e as ciências sociais, e digamos na difusão da perspectiva da totalidade social e das categorias de análise durkheimianas que podiam ser tão facilmente confundidas com a alguns conceitos marxistas. O autor de *As formas elementares da vida religiosa* formulou a seguinte advertência: “... é preciso evitar ver esta teoria da religião como simples restabelecimento do materialismo histórico: isso seria desprezar demais nosso pensamento” (RODRIGUES, 1993: 171). O lembrete de Durkheim vinha no sentido de esclarecer que a religião, assim como outras representações sociais, é produto, não da organização das forças produtivas, mas da síntese das consciências individuais, ou seja, a consciência coletiva. Isso separava as duas propostas, mas a aproximação se deu no sentido de que o sujeito histórico, tal como o concebiam os praticantes do método história, tornou-se detalhe insignificante para a compreensão das relações sociais ou econômicas, isto é, tanto na perspectiva economicista quanto na sociologista durkheimiana.

O conceito de fato social, por exemplo, era extensivo ao passado, o que afrontava diretamente o procedimento metódico dos historiadores ‘tradicionais’, porque, na visão durkheimiana assim como na marxista tradicional ou estruturalista, já não importa o nome do sujeito que inventou a religião ou o capitalismo. Não interessa saber o nome da personalidade que extraiu a mais valia pela vez primeira, nem a identidade do sujeito que criou o primeiro tribunal da justiça. Pode-se falar, portanto, de certa escrita da história sem sujeito, ou pelo menos, da narrativa em que o sujeito nomeado e documentalmente referido tornou-se detalhe de importância menor. Podemos dizer, também, que a crítica marxista em relação à neutralidade política pretendida pela escola metódica, assim como as proposições sociológicas durkheimianas sobre a determinância do social expuseram as fragilidades do método história. Evidenciaram o caráter ilusório e inexequível do projeto de reconstrução do passado tal qual efetivamente aconteceu, porque a história fundada nos feitos e ancorada em personalidades históricas revelou-se como narrativa sobre a parte ínfima dos sujeitos históricos; isto é, evidenciou-se como a narração sobre aqueles que deixaram textos escritos ou, como o registro da memória daqueles sobre os quais estas inscrições se referiam. A escrita da história dos faxinais enfrenta, assim, o problema do sujeito fundador porque não há muito sentido numa pergunta do tipo: qual o nome da pessoa que inventou o sistema de faxinal.

Quando se toma a sociedade como totalidade genética simplesmente se substitui a figura do sujeito fundador por alguma noção um tanto bizarra do tipo “sujeito coletivo”.<sup>3</sup> Assim, a gênese pode ser recomposta, mas a perspectiva hermenêutica nos conduz à seguinte questão: será mesmo necessário procurá-la?

A resposta, quando se adota o pressuposto de que o faxinal é a parte da totalidade histórica, será afirmativa simplesmente porque a compreensão, o sentido das coisas se completa sempre que relacionamos alguma parte ao seu todo. O método história, às vezes displicentemente chamado de historicismo, repousa neste dispositivo básico de construção e reprodução dos sentidos históricos: a história é o todo; os fatos ou acontecimentos representam as partes. Sempre que relacionamos algum fragmento ao conglomerado do qual foi extraído o sentido evidencia-se. Temos aqui, outro problema inerente à pesquisa da origem: é preciso deixar claro em toda a sua extensão (do fim ao começo), que o pedaço e todo têm a mesma natureza, pois não havendo como ajustá-los, não será possível efetuar a inclusão.

O método história, às vezes displicentemente chamado de historicismo, repousa neste dispositivo básico de construção e reprodução dos sentidos históricos: a história é o todo; os fatos ou acontecimentos representam as partes. Sempre que relacionamos algum fragmento ao conglomerado do qual foi extraído o sentido evidencia-se. Temos aqui, outro problema inerente à pesquisa da origem: é preciso deixar claro em toda a sua extensão (do fim ao começo), que o pedaço e todo têm a mesma natureza, pois não havendo como ajustá-los, não será possível efetuar a inclusão.

Evidentemente a compreensão histórica é uma entre outras perspectivas a possibilitar o estabelecimento das conexões que nos permitem a captação e construção dos significados; ela exerce certo fascínio, por tradição, que não deriva somente da academia e da intelectualidade; deslumbra muitos investigadores.

Podemos dizer o mesmo da interpretação sociológica durkheiminiana, à qual nos referimos anteriormente, das proposições derivadas do materialismo dialético (principalmente daquelas em que o aspecto econômico é tomado como a totalidade) e de outras, que não vem ao caso citar. Trata-se de recurso trivial, mas, ao mesmo tempo, indica uma forma de responder aos desafios do non sense. A averiguação das raízes aponta o mundo europeu,

---

<sup>3</sup> O personagem chamado Smigol, da trilogia Senhor dos Anéis, encarna a figura do sujeito coletivo uma vez sendo o último sobrevivente de sua espécie refere-se a si mesmo sempre na primeira pessoa do plural.

principalmente grego, como contexto original dos procedimentos e da sensibilidade histórica, mas a perspectiva genealógica indica um marco inerente ao próprio discurso histórico.

O século XIX e o início do XX, de Ranke, de Durkheim, de Marx, de Simiand, de Seignobos, e de tantos outros intérpretes da história, nossa porta de entrada, foi o palco de uma dispersão como diz Foucault. Foi época das pesquisas de origem, do resgate do sujeito e do esforço para determinar as identidades, portanto. Tempo de reações frente ao sentimento do vazio, ao choque trágico, à tomada de consciência sobre o tempo que se esvai e sobre a fraqueza da memória. Personagens letárgicos perguntavam-se pelos deuses que puderam habitar os templos vazios diante de seus olhares. Mais que isso, estes europeus, por mais reflexivos que se mostrem não sabem o que são. Ignoram que raças se misturaram para formar seus corpos, para constituir seu sangue; procuram pelos papéis que poderiam exercer; eles não têm individualidade. O século XIX só poderia ser virtualmente historiador. (FOUCAULT, 1979: 32). A pesquisa da origem, desde então, é uma tentativa de esconjuram o esquecimento.

A crença de que na origem encontra-se a essência pura dos fatos, no entanto, aniquilou-se por demonstrações, sempre mais evidentes, de que as coisas não possuem essência. A confiança na grandiosidade dos surgimentos originais transformou-se em descrédito por meio da descoberta gradual de que todo início é insignificante e quase imperceptível. É a metáfora nietzscheniana da careta e do macaco que estão no início de tudo o que é humano. O inquérito da linhagem defrontou-se, assim, com outra das suas mais poderosas críticas: a genealogia nietzscheniana. A proposta sociológica durkheiminiana não foi alternativa eficaz porque, apesar de possibilitar a compreensão do social sem a recorrência à origem, excluía a figura do sujeito. O mesmo diga-se do economicismo. São perspectivas que nos permitem perceber o recurso à intencionalidade, a pesquisa da origem e a construção de totalidades como procedimentos recorrentes para a construção dos sentidos. As tentativas de esconjuram a grande amnésia que mitiga a memória dos começos, no entanto, persistem, retornam e reaparecem, muitas vezes, na forma do resgate do sujeito histórico.

Temos observado que os faxinalenses contam histórias sem sujeito, porque não apresentam o nome do fundador, do inventor do sistema de faxinais. A história cultural na perspectiva hermenêutica caracteriza-se como atitude filosófica no sentido de evitar as armadilhas da linguagem porque se sustenta na evidência de que o sentido é sempre construído a partir do horizonte já dado.

**BIBLIOGRAFIA**

CHANG, M.Y. *Sistema Faxinal - uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro Sul do Paraná*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.

DE CAMPOS, Nazareno José. *Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Trad. Margarida G. Esteves. São Paulo: Abril cultural, 1978. (Os pensadores).

FIGUEIREDO, Aline. *Terras comunais urbanismo*. Encontrável em: [http://www.arq.ufsc.br/urbanismo1/2005-1/final/final\\_af.pdf](http://www.arq.ufsc.br/urbanismo1/2005-1/final/final_af.pdf).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições graal. 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Leopold von Ranke: História*. São Paulo: Ática, 1979

NERONE, Maria M. *Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997*. Assis, 2000. 286 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista.

MARQUES, C. L. G. *Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná. Guarapuava, 2004*. (Relatório Técnico) Instituto Ambiental do Paraná.

OCHOA G, Ana Beatriz. *Métodos*. Encontrável em: <http://www.monografias.com/trabajos11/metods/metods.shtml#HISTO>

RODRIGUES, José Albertino. (Org.) *Durkheim*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1993

SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Fernando Teixeira da. *História e ciências sociais: zonas de fronteira*. In, *Revista História*. V. 24 n°. 1, São Paulo: Unesp, 2005.